



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 11080.008080/2007-08
Recurso nº 169.904 Voluntário
Acórdão nº **2401-01.570 – 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária**
Sessão de 02 de dezembro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO
Recorrente SABRICO CAMINHOES E ONIBUS LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Período de apuração: 01/12/2001 a 31/01/2006

AUTO DE INFRAÇÃO - DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - Constitui infração à Lei 8212-1191, deixar a empresa de lançar em títulos próprios de sua contabilidade, de forma discriminada, todos os fatos geradores de contribuições previdenciárias.

RELEVAÇÃO DA MULTA - IMPOSSIBILIDADE - Para que a multa seja relevada é necessário a comprovação da correção da falta, dentre outros requisitos, para que o contribuinte obtenha tal benefício.

Recurso Voluntário Negado.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso

Elias Sampaio Freire - Presidente

Marcelo Freitas de Souza Costa - Relator

Participaram do presente julgamento, os Conselheiros Elias Sampaio Freire, Kleber Ferreira de Araújo, Wilson Antônio de Souza Corrêa, Elaine Cristina Monteiro e Silva Vieira, Marcelo Freitas de Souza Costa e Rycardo Henrique Magalhães de Oliveira. Ausente a Conselheira Cleusa Vieira de Souza.

Relatório

Trata-se de auto de Infração lavrado contra o contribuinte acima identificado, por descumprimento de obrigação acessória contida na Lei 81212 de 1991.

De acordo com o Relatório Fiscal de fls. 06 e 07, a empresa teria contabilizado indevidamente na conta 4.1.1.05.001 - Propaganda e Marketing na competência dezembro/2001 e na conta 3.4.0.00.04.013 – Incentivos Promocionais e Vendas, no período de janeiro/2002 a dezembro/2006, valores pagos aos segurados empregados e contribuintes individuais, a título de prestação de serviços de marketing de incentivo nas vendas, através das empresas Salles, Adan & Associados. Marketing de Incentivos S/C LTDA. Expertise Comunicação Total S/C LTDA. Byte Company Comunicação Integrada Com. LTDA.

Inconformada com a decisão de fls. 59 a 62, a empresa recorre a este conselho alegando em síntese:

Que por ser primária, ter corrigido a falta e ter formalizado o pedido dentro do prazo de impugnação faz *juz* a relevação da multa, conforme determinam os requisitos previstos no art. 291 do Decreto nº 3.048/99.

Aduz que, ciente de que houve a retificação dos documentos no prazo legal, tanto que efetuou Lançamento de Débito Confessado, com base exatamente na referida retificação, a D. Autoridade Fiscal jamais poderia alegar que não tem conhecimento do fato, bastando a ela uma simples verificação do que consta em aberto relativamente ao contribuinte em questão e dos lançamentos que fez, relativamente ao fato.

Defende que, em afronta ao princípio da verdade material, a autoridade fiscal julgadora não agiu com acerto ao deixar de fazer uma simples verificação, a qual, diga-se, depende de um simples compulsar do sistema informatizado da Previdência Social, a respeito das pendências da recorrente relativas ao procedimento fiscal pertinente à utilização dos chamados cartões corporativos.

Requer, seja julgado totalmente improcedente o lançamento fiscal discriminado no AI nº. 37.047049-4, ou, caso assim entenda este D. Conselho de Contribuintes, determinar a baixa do feito em diligência, para verificação, pelo D. Serviço de Controle e Acompanhamento Previdenciário da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre - RS, do fato alegado pela recorrente, qual seja, a correção da falta cometida que deu ensejo ao lançamento fiscal.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Marcelo Freitas de Souza Costa, Relator

O recurso é tempestivo e estão presentes os pressupostos de admissibilidade.

A presente autuação foi lavrada em face da constatação de que a recorrente não lançou em títulos próprios de sua contabilidade, valores pagos a seus empregados, a título de incentivo e mediante cartão magnético.

A recorrente não contesta em nenhum momento ter cometido a falta apontada, apenas insurge-se contra a não relevação da multa, sob o argumento de que teria corrigido a falta e preenchido os demais requisitos legais para fazer *jus* ao benefício pleiteado.

Os requisitos para gozo do benefício pleiteado pelo recorrente estão definidos no artigo 291 do Regulamento da Previdência Social-RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, que dispõe:

Art .291. Constitui circunstância atenuante da penalidade aplicada ter o infrator corrigido a falta até o termo final do prazo para impugnação (Relação dada pelo Decreto nº 6.032, de 2007)

Parágrafo 1º - A multa será relevada se o infrator formular pedido e corrigir a falta dentro do prazo de impugnação, ainda que não contestada a infração, desde que seja o infrator primário e não lenha ocorrido nenhuma circunstância agravante, (Redação dada pelo Decreto nº. 6 032, de 2007)

Como se pode ver, para o relevamento da penalidade o sujeito passivo precisa comprovar que:

- 1) corrigiu integralmente a falta dentro do prazo de impugnação;
- 2) formulou pedido de relevamento no prazo de impugnação;
- 3) seja infrator primário da legislação previdenciária;
- 4) não tenha ocorrido nenhuma circunstância agravante da penalidade aplicada.

Quanto à ocorrência de circunstâncias agravantes ou atenuantes, de pronto se pode *afastar* suas ocorrências urna vez que o Relatório Fiscal da Aplicação da Multa expressamente indica que elas não ocorreram.

Quanto à primariedade, que no que se refere às infrações à legislação previdenciária se refere ao que dispõe o parágrafo único do artigo 290 do Regulamento da

Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, consultados os sistemas informatizados da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB constatamos que a única autuação fiscal por descumprimento de obrigações acessórias registradas contra o autuado é a registrada nestes autos, pelo que se conclui que também este ônus deve ser afastado.

FREIRE

Assinado digitalmente em 09/12/2010 por MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA, 09/12/2010 por ELIAS SAMPAIO

Autenticado digitalmente em 09/12/2010 por MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

Emitido em 13/07/2011 pelo Ministério da Fazenda

Tendo em vista que recurso se refere unicamente ao pedido expresso de relevação da penalidade, resta então analisar se a falta foi mesmo corrigida ou não, e para tanto é preciso, antes, destacar o que prevê a Lei nº8.212, de 24 de julho de 1991 em seu art. 32, IV:

Art. 32. A empresa também é obrigada a;

IV - informar Mensalmente ao Instituto Nacional do Seguro Social INSS por intermédio de documento ser definido em regulamento dados relacionados aos fatos geradores de contribuição previdenciária e outras informações de interesse do INSS (incluído pela Lei 9.528, de 10 de dezembro de 19997)

Como se vê, ao criar a obrigação acessória de informar mensalmente todos os fatos geradores de contribuições previdenciárias a Lei não especificou qual o documento que seria utilizado para tanto, remetendo tal definição para a legislação previdenciária infra legal conforme determinou a lei, o Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto 3.048, de 06 de maio de 1999 cfo instituir que:

Art.225, A empresa também é obrigada a(...)

IV - Informar mensalmente ao Instituto Nacional do Seguro Social, por intermédio da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, na forma por ele estabelecida, dados cadastrais, todos os fatos geradores de contribuição previdenciária e outras informações de interesse daquele Instituto:

Embora o recorrente defenda o preenchimento de todos os requisitos enunciados pela legislação supracitada, não há nos autos qualquer documento que comprove a regularização dos erros que ensejaram a presente autuação.

Não basta dizer que preencheu todos os requisitos, é preciso comprovar as alegações para que se possa ser aplicada a relevação ou até mesmo a atenuação da multa aplicada.

Por fim, temos que a autuação preencheu todos os requisitos legais e a decisão de primeira instância não merece qualquer reparo.

Ante ao exposto, VOTO no sentido de CONHECER DO RECURSO e no mérito NEGAR-LHE PROVIMENTO.

Marcelo Freitas de Souza Costa

